



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO E SEUS QUANTITATIVOS (Art. 6, inciso XXIII, alínea “a” da Lei 14.133/2021)

O objeto do presente termo de referência é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos continuados de levantamento, organização, preenchimento, validação e transmissão das informações relativas ao **Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE)**, atendendo às exigências do FNDE/MEC e demais órgãos de controle.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “b” da Lei 14.133/2021)

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de atendimento às obrigações legais e constitucionais relacionadas à transparência, controle e correta aplicação dos recursos públicos destinados à educação, por meio do envio regular e fidedigno das informações ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE).

O SIOPE é um instrumento oficial de coleta, processamento e disseminação de dados referentes às receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo sua alimentação obrigatória para estados e municípios, conforme normativas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação.





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO**

---

O correto preenchimento e envio das informações ao SIOPE constitui requisito indispensável para:

- Verificação do cumprimento do mínimo constitucional de aplicação de recursos em educação, nos termos do art. 212 da Constituição Federal;
- Atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente quanto à transparência e controle das contas públicas;
- Regularidade do ente federativo junto ao CAUC, condição necessária para celebração de convênios e recebimento de transferências voluntárias da União;
- Subsidiar órgãos de controle interno e externo, como Tribunais de Contas e Controladoria-Geral da União.

Destaca-se que inconsistências, omissões ou atrasos no envio das informações podem acarretar graves consequências ao ente público, tais como:

- Bloqueio de transferências voluntárias;
- Irregularidade fiscal;
- Responsabilização dos gestores;
- Apontamentos e sanções por órgãos de controle.

Ademais, o preenchimento do SIOPE demanda elevado grau de conhecimento técnico nas áreas de contabilidade pública, execução orçamentária, classificação de despesas e interpretação de normativos específicos da educação, exigindo a integração de





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO**

informações provenientes de diversos setores administrativos.

Nesse contexto, considerando:

- A complexidade técnica envolvida na consolidação e validação dos dados;
- A necessidade de constante atualização frente às mudanças normativas;
- A importância da precisão das informações prestadas;
- A limitação de estrutura técnica especializada no quadro permanente do órgão;

justifica-se a contratação de empresa especializada, com experiência comprovada, capaz de assegurar a conformidade das informações, a mitigação de riscos fiscais e o cumprimento tempestivo das obrigações legais.

A contratação encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, que permite a contratação de serviços técnicos especializados, especialmente quando caracterizada a necessidade de conhecimento técnico específico e apoio à administração pública.

Por fim, a presente contratação está alinhada aos princípios da administração pública, notadamente legalidade, eficiência, transparência e economicidade, contribuindo para a boa governança e adequada gestão dos recursos públicos destinados à educação.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA D OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “c” da Lei 14.133/2021)**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos continuados voltados à gestão completa das





informações a serem declaradas no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), abrangendo todas as etapas necessárias desde o levantamento de dados até a transmissão final e acompanhamento pós-envio.

A presente contratação fundamenta-se no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, por se tratar de serviço comum, cujo valor se enquadra no limite legal para dispensa de licitação.

A solução será executada de forma integrada com os setores da administração pública municipal, especialmente contabilidade, finanças, educação e controle interno, garantindo a consistência e confiabilidade das informações prestadas.

### Visão Geral da Solução

A solução contempla um conjunto de atividades técnicas e operacionais interdependentes, organizadas em fluxo contínuo, incluindo:

- Levantamento e coleta de dados contábeis, orçamentários e financeiros;
- Tratamento, classificação e consolidação das informações;
- Preenchimento dos demonstrativos exigidos pelo SIOPE;
- Validação técnica e correção de inconsistências;
- Transmissão das informações dentro dos prazos legais;
- Monitoramento, retificação e suporte técnico contínuo.

### Componentes da Solução

#### a) Diagnóstico Inicial

- Avaliação da situação atual do ente quanto ao SIOPE;





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO**

---

- Identificação de pendências, inconsistências e riscos;
- Elaboração de plano de ação para regularização, se necessário.

**b) Integração de Informações**

- Articulação com os setores responsáveis;
- Padronização de dados conforme layout do SIOPE;
- Compatibilização com demonstrativos contábeis oficiais.

**c) Execução Técnica**

- Inserção das informações no sistema;
- Preenchimento completo dos anexos obrigatórios;
- Apuração dos índices constitucionais da educação.

**d) Validação e Conformidade**

- Verificação de regras do sistema;
- Correção de inconsistências apontadas;
- Conferência dos limites legais e constitucionais.

**e) Transmissão e Regularização**

- Envio das declarações;
- Emissão de recibos;
- Acompanhamento de processamento junto ao FNDE.

**f) Suporte e Acompanhamento**

- Atendimento contínuo à contratante;
- Apoio em auditorias e fiscalizações;





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO**

- 
- Retificações e ajustes sempre que necessário.

### **Metodologia de Execução**

A execução dos serviços deverá observar:

- Atuação preventiva, evitando inconsistências antes da transmissão;
- Comunicação contínua com a equipe da contratante;
- Utilização de boas práticas de contabilidade pública;
- Observância das normas do FNDE e demais legislações aplicáveis;
- Entregas periódicas conforme cronograma legal do SIOPE.

### **Resultados Esperados**

Com a implementação da solução, espera-se:

- Regularidade no envio das informações ao SIOPE;
- Eliminação de inconsistências e pendências;
- Cumprimento dos índices constitucionais da educação;
- Redução de riscos de sanções e bloqueios;
- Melhoria na qualidade das informações prestadas aos órgãos de controle;
- Apoio técnico qualificado à gestão municipal.

### **Abrangência da Solução**

A solução abrange:

---

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, CEP: 88.830-000 - Centro -  
MORRO DA FUMAÇA-SC, CNPJ: 83.000.323/0001-02 - [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO**

- Exercício atual (bimestres em curso);
- Possíveis exercícios anteriores (retificações, se necessário);
- Todas as etapas do processo até a homologação final no sistema.

## **Natureza do Serviço**

O serviço caracteriza-se como:

- Serviço técnico especializado;
- De natureza continuada;
- Com predominância intelectual;
- Sem dedicação exclusiva de mão de obra, salvo necessidade específica.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “d” da Lei 14.133/2021)**

## **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **Qualificação Técnica**

Comprovação de que a empresa ou profissional possui formação superior em Ciências Contábeis, com registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

Indicação de responsável técnico habilitado, devidamente registrado no CRC, com atribuições compatíveis com os serviços a serem executados.

### **Experiência Comprovada**

#### **Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica e experiência na prestação**

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, CEP: 88.830-000 - Centro - MORRO DA FUMAÇA-SC, CNPJ: 83.000.323/0001-02 - [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO**

de serviços de preenchimento, validação e envio do SIOPE, emitido por pessoa jurídica de direito público.

**Conhecimento Técnico-Especializado**

Domínio das normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Conhecimento da Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 14.133/2021 e demais legislações correlatas.

Capacidade de elaboração e análise de demonstrativos contábeis, relatórios fiscais e prestações de contas exigidas pelos órgãos de controle.

**5. HABILITAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA POR LEI EM CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS**

**5.1 Contrato Social e Cnds.**

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “e” da Lei 14.133/2021)**

Não se aplica, pois a contratação será realizada por dispensa eletrônica com disputa de propostas.

**7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “f” da Lei 14.133/2021). OBS: APENAS PARA CONTRATOS**

Ambas as partes deverão executar fielmente suas responsabilidades, de acordo com as cláusulas e as normas da Lei nº. 14.133/2021, e cada um responderá pelas consequências de sua inexecução seja ela total ou parcial.

Fica designado Sra. Carine Berti da Silva como gestor do contrato, inscrito na matrícula nº 5795 para gerenciar o contrato, inclusive em casos de eventuais







**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO**

problemas e ações a serem tomadas.

**8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “g” da Lei 14.133/2021)**

**8.1 Do Recebimento**

**8.1.1** O recebimento será feito pelo servidor designado por esta municipalidade, responsável em promover a conferência.

**8.1.2** A contratada deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, indicando o número da conta corrente, agência e banco, que será atestada pelo responsável do setor de compras ou servidor designado. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.

**8.2 - Forma de pagamento**

**8.2.1** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

**8.2.2** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.3 - Condições de pagamento**

**8.3.1** A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência;

**8.3.2** Para proceder o pagamento o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) a data da emissão; b) os dados do contratado e do contratante; c) o valor a pagar; e d) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, entre outros;





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO**

**8.3.3** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado a apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

**8.4.4** O Decreto Municipal nº 136/2023 do Município de Morro da Fumaça/SC trata sobre a retenção de tributos no pagamento aos fornecedores por órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional.

**9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6, inciso XXIII, alínea “h” da Lei 14.133/2021)**

A contratação será realizada por dispensa eletrônica com disputa, conforme o artigo 75 da Lei nº 14.133/2021. A seleção do fornecedor será realizada por meio de um processo eletrônico de dispensa com disputa de propostas. A empresa que apresentar o menor preço, atendendo a todas as exigências técnicas do Termo de Referência e os requisitos de qualificação, será selecionada.

A disputa ocorrerá na plataforma LicitaNet, onde as propostas serão apresentadas de forma transparente e competitiva. O sistema garantirá a segurança e a integridade do processo, permitindo que todos os participantes submetam suas propostas de maneira clara e sem a possibilidade de alterações após o envio.

**10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DO PREÇO UNITÁRIO REFERENCIAL (Art. 6, inciso XXIII, alínea “i” da Lei 14.133/2021)**

O valor estimado para a contratação será de R\$ 15.000,00 para vigência de 12 meses.

Cabe ressaltar que será de forma bimestral com valor de R\$ 2.500,00, sempre





em fechamento de bimestre.

## 11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato ou procedimento de dispensa;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações acima descritas as seguintes sanções, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º);





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO**

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b” a “g” do subitem 11.1, salvo se cabível penalidade mais grave

(art. 156, §4º);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h” a “l” do subitem 11.1, bem como nas alíneas “b” a “g”, sempre que justificada a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º);

iv) **Multa:**

(1) moratória, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória, de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

11.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Contratante (art. 156, §9º).

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação de qualquer sanção será assegurado ao Contratado o contraditório e a ampla defesa, sendo-lhe facultada apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação (art. 157).

11.6. Se a multa e/ou indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação da autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, especialmente para as penalidades de impedimento de





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO**

licitar e contratar e de declaração de inidoneidade.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela resultarem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. As infrações administrativas previstas nesta Lei que também se enquadrem como atos lesivos à luz da Lei nº 12.846/2013 serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos mesmos autos, segundo o rito procedimental e a competência ali definidos (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito, com a finalidade de facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato, ou para provocar confusão patrimonial. Nesse caso, os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica se estenderão aos administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou a empresa coligada ou controlada, observados o contraditório, a ampla defesa e a análise jurídica prévia (art. 160).

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

## **12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

O critério de julgamento das propostas será o **menor preço**, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, para a contratação por **dispensa eletrônica**.





### **13. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

A documentação exigida para a formalização da contratação inclui:

- Cópia do contrato social da empresa.
- Certidões negativas de débitos fiscais
- Atestados de capacidade técnica em municípios de SC.
- Prova de regularidade perante a Receita Federal e a Previdência Social.
- Cópia do cartão de CNPJ.
- Comprovante de inscrição no sistema SAAS (caso aplicável)
- E demais documentos já citados anteriormente.

### **14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

- 14.1.** Disponibilizar acesso às informações necessárias;
- 14.2.** Enviar as informações necessárias para preenchimento e envio das informações;
- 14.3.** Efetuar pagamento conforme condições estabelecidas.

### **15. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO**

- 15.1.** A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço;
- 15.2** Cumprir os prazos estabelecidos pelo SIOPE;
- 15.3** Garantir a veracidade e consistência das informações prestadas;
- 15.4** Manter sigilo sobre os dados tratados;





PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO

**15.5** Responsabilizar-se por eventuais erros decorrentes da execução do serviço.

**16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6, inciso XXIII, alínea “j” da Lei 14.133/2021)**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específico da secretaria de sistema econômico.

**17. PRAZO DE EXECUÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo para execução dos serviços e envio das informações ao SIOPE será realizado de forma bimestral, observando-se o limite máximo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, conforme diretrizes estabelecidas pelo FNDE.

Portanto, vigência de doze meses para envio de 6 bimestres do SIOPE.

A vigência do contrato poderá ser **prorrogada**, mediante termo aditivo, desde que devidamente **justificada e autorizada pela Administração**, observados os seguintes requisitos:

- 1 – Manutenção das condições que ensejaram a contratação por **dispensa de licitação em razão do valor**, nos termos do art. 75, incisos I ou II, da Lei nº 14.133/2021;
- 2 – Comprovação da **vantajosidade da prorrogação** para a Administração, inclusive quanto aos preços praticados;
- 3 – Manifestação favorável do **fiscal e do gestor do contrato** quanto à regular execução do objeto;
- 4 – Existência de **disponibilidade orçamentária e financeira**;

A prorrogação não constitui direito da contratada e somente será efetivada quando demonstrado o **interesse público** e a **regularidade da execução contratual**.





## 17. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO.

Os preços registrados na licitação serão reajustados anualmente, observando um intervalo mínimo de 12 meses, contados da data do orçamento estimado para a contratação ou do último reajuste concedido.

O índice a ser utilizado para reajuste é INPC – índice Nacional de Preços ao Consumidor, sendo que será concedido mediante decisão administrativa.

Morro da Fumaça/SC, 29 de abril de 2026.

Carine Berti da Silva  
Secretária Interina Sistema Econômico  
Matrícula 5795

